

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	248.828	236.788
Contas a receber de clientes e outros	4	635.301	821.851
Títulos e valores mobiliários	5	24.551	26.233
Impostos e contribuições a recuperar	6	57.149	56.276
Estoques		6.497	5.190
Despesas pagas antecipadamente		6.389	2.307
Serviços em curso	7	13.946	10.305
Outros ativos circulantes	8	33.852	19.982
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>1.026.513</u>	<u>1.178.932</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	317.318	415.170
Títulos e valores mobiliários	5	42.909	57.838
Impostos e contribuições a recuperar	6	19.197	14.490
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	112.938	118.526
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		198.516	212.392
Depósitos judiciais	10	35.578	30.520
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	383.204	269.623
Outros ativos não circulantes	8	2.158	2.158
Investimentos		2.734	2.467
Intangível	12	1.744.282	1.660.840
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>2.858.834</u>	<u>2.784.024</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>3.885.347</u></u>	<u><u>3.962.956</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/09/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	301.057	260.609
Empréstimos e financiamentos	14	172.610	168.648
Debêntures	15	112.823	194.330
Salários e encargos a pagar	16	25.585	18.289
Taxas regulamentares	17	25.227	30.077
Impostos e contribuições a recolher	18	100.878	113.540
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	72.437	22.653
Provisões	20	13.755	8.904
Entidade de previdência privada	28	14.500	15.233
Outros passivos circulantes	21	55.635	54.572
TOTAL DO CIRCULANTE		894.507	886.855
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	25.590	23.994
Empréstimos e financiamentos	14	636.815	609.251
Debêntures	15	359.222	456.782
Taxas regulamentares	17	45.105	38.297
Impostos e contribuições a recolher	18	-	1.654
Provisões	20	49.552	51.659
Entidade de previdência privada	28	275.279	279.500
Outros passivos não circulantes	21	18.017	7.670
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.409.580	1.468.807
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22		
Capital social		590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		386.880	386.775
Outros resultados abrangentes		28.275	14.215
Proposta de Distribuição de dividendos adicional		-	58.050
Lucro/Prejuízo acumulado		17.851	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.581.260	1.607.294
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.885.347	3.962.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Períodos findos em 30 de setembro de 2012
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Notas	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011
RECEITA LÍQUIDA	23	826.796	2.434.115	697.525	2.109.361
CUSTO DO SERVIÇO	24	(709.565)	(2.022.277)	(516.586)	(1.556.763)
LUCRO BRUTO		117.231	411.838	180.939	552.598
Despesas com vendas	24	(74.436)	(213.696)	(41.159)	(100.037)
Despesas gerais e administrativas	24	(38.415)	(113.854)	(22.281)	(92.806)
LUCRO OPERACIONAL		4.380	84.288	117.499	359.755
Resultado financeiro		(21.229)	(54.894)	(31.105)	(82.625)
Receita financeira	25	23.082	85.767	33.658	109.913
Despesa financeira	25	(44.311)	(140.661)	(64.763)	(192.538)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(16.849)	29.394	86.394	277.130
Imposto de renda e contribuição social		(3.098)	(11.543)	(8.293)	(38.784)
Corrente	9	12.782	697	(21.182)	(55.542)
Diferido	9	(3.671)	1.655	5.579	(638)
Imposto de renda - SUDENE	9	(7.585)	(19)	12.433	32.765
Amortização ágio e reversão PMPL	9	(4.624)	(13.876)	(5.123)	(15.369)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(19.947)	17.851	78.101	238.346
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		(0,2670)	0,2391	1,0457	3,1913
Preferencial A		(0,2670)	0,2391	1,0457	3,1913
Preferencial B		(0,2937)	0,2631	1,1503	3,5104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 Períodos findos em 30 de setembro de 2012
 Em milhares de reais

	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011
Lucro (Prejuízo) do período	(19.947)	17.851	78.101	238.346
Outros resultados abrangentes				
Ganhos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	13.796	21.303	2.432	20.391
Tributos s/ ganhos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(4.691)	(7.243)	(827)	(6.933)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	9.105	14.060	1.605	13.458
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	(10.842)	31.911	79.706	251.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

01/01/2012 a 30/09/2012	Reserva de Capital				Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	590.174	30.077	454.999	73.004	268.510	118.035	230	14.215	-	58.050	1.607.294
Reversão de Dividendos Prescritos							105				105
Aprovação da proposta de dividendos adicional										(58.050)	(58.050)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	105	-	-	(58.050)	(57.946)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	17.851	-	17.851
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	14.060	-	-	14.060
Saldos em 30 de setembro de 2012	590.174	30.077	454.999	73.004	268.510	118.035	335	28.275	17.851	-	1.581.260

01/01/2011 a 30/09/2011	Reserva de Capital				Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	590.174	30.077	454.999	73.004	227.882	118.035	-	6.843	-	50.357	1.551.371
Reversão de Dividendos Prescritos							8				8
Aprovação da proposta de dividendos adicional										(50.357)	(50.357)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	8	-	-	(50.357)	(50.349)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	238.346	-	238.346
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	13.458	-	-	13.458
Destinações:											
Juros sobre capital próprio (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.239)	-	(67.239)
Dividendos intermediários (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.087)	-	(95.087)
Saldos em 30 de setembro de 2011	590.174	30.077	454.999	73.004	227.882	118.035	8	20.301	76.020	-	1.590.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Períodos findos em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais

	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro (prejuízo) Líquido do Período Antes dos Impostos	29.394	277.130
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização	100.685	106.677
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	99.403	124.450
Valor residual do ativo intangível baixado	5.272	1.008
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	20.794	16.527
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	287.465	47.189
	543.013	572.981
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(3.063)	(52.357)
Impostos e contribuições a recuperar	(5.095)	(11.884)
Estoques	(1.307)	(276)
Depósitos judiciais	(4.331)	(5.436)
Despesas pagas antecipadamente	(4.082)	(2.336)
Outros ativos	(22.726)	(26.798)
	(40.604)	(99.087)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	42.044	(23.463)
Salários e encargos a pagar	7.296	(3.968)
Encargos de dívidas e swap pagos	(66.516)	(71.437)
Taxas regulamentares	1.958	15.116
Impostos e Contribuições a recolher	(11.365)	(2.852)
Indenizações/Contingências pagas	(22.346)	(15.020)
Entidade de Previdência Privada	(17.043)	(19.852)
Outros passivos	11.410	2.006
	(54.562)	(119.470)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	447.847	354.424
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	(269)	(372)
Aquisição de intangível	(284.594)	(232.192)
Títulos e valores mobiliários	19.846	11.890
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(265.017)	(220.674)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de Empréstimos e financiamentos	127.381	318.588
Captação de Debêntures	-	360.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(112.911)	(253.186)
Amortização do principal de debêntures	(182.959)	(224.423)
Obrigações vinculadas	5.860	4.054
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(8.161)	(210.919)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(170.790)	(5.886)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	12.040	127.864
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	236.788	40.871
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	248.828	168.735
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	12.040	127.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Períodos findos em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais

	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	3.558.725	3.161.076
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(287.465)	(47.189)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-	(496)
	<u>3.271.260</u>	<u>3.113.390</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.313.443)	(1.078.295)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(149.481)	(132.328)
Matérias-primas consumidas	(3.791)	(6.582)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(496.467)	(377.469)
	<u>(1.963.182)</u>	<u>(1.594.674)</u>
Valor adicionado bruto	1.308.078	1.518.716
Amortização	(102.957)	(109.381)
	<u>(102.957)</u>	<u>(109.381)</u>
Valor adicionado líquido	1.205.121	1.409.335
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	85.767	109.913
Valor adicionado total a distribuir	1.290.888	1.519.248
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	62.824	58.179
Encargos sociais (exceto INSS)	13.635	12.538
Entidade de previdência privada	9.825	9.989
Auxílio alimentação	6.494	6.313
Convênio assistencial e outros benefícios	2.789	2.408
Rescisões	7.977	1.574
Férias e 13º salário	14.217	15.250
Plano de saúde	2.814	2.895
Indenizações trabalhistas	2.670	3.340
Participação nos resultados	7.358	4.571
Administradores	1.344	1.746
Encerramento de ordem em curso	675	478
(-) Transferência para Ordens	(28.429)	(27.758)
Subtotal	104.193	91.522
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	15.387	14.524
ICMS	668.025	613.574
PIS/COFINS sobre faturamento	170.102	157.342
Imposto de renda e contribuição social	11.543	38.784
Obrigações intra-setoriais	158.636	168.675
Outros	2.916	2.419
Subtotal	1.026.609	995.317
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	140.661	192.538
Aluguéis	1.574	1.524
Subtotal	142.235	194.063
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	-	67.239
Dividendos distribuídos		95.087
Lucro do Período	17.851	76.020
Subtotal	17.851	238.346
Valor adicionado distribuído	1.290.888	1.519.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE (“CELPE” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia relacionada com atividades no âmbito do Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², regulado pelo Contrato de Concessão nº 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 30 de setembro de 2012 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2011, descritas na nota 2 das referidas demonstrações, e portanto, essas informações trimestrais e as referidas demonstrações financeiras devem ser analisadas em conjunto.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis intermediárias em 22 de outubro de 2012, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado.

2.3 Reapresentação das cifras comparativas

As informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/12/11		
	Balço Patrimonial		
	Publicado	Reclassificado	
Ativo circulante			
Contas a receber de clientes e outros	815.392	821.851	(a)
Serviço em curso	58.851	10.305	(b)
Impostos e contribuições a recuperar	53.433	56.276	(c)
Despesas pagas antecipadamente	5.161	2.307	(c) / (d)
Outros ativos circulantes	26.430	19.983	(a) / (d)
Ativo não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	164.542	118.526	(e)
Passivo circulante			
Taxas regulamentares	63.990	30.077	(b)
Passivo não circulante			
Taxas regulamentares	52.930	38.297	(b)
Impostos e contribuições sociais diferidos	46.016	-	(e)

Notas:

- (a) Reclassificação da Subvenção à baixa renda - tarifa social, no valor de R\$ 6.459, da linha de outros ativos circulantes para a linha de contas a receber de clientes e outros.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Os gastos relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares;
- (c) Reclassificação das contas PIS Efetivo e COFINS Efetivo, da linha de despesas pagas antecipadamente para a linha de impostos e contribuições a recuperar, no valor de 2.843.
- (d) Reclassificação da conta encargos financeiros da linha de despesas pagas antecipadamente para a linha de outros ativos circulantes, no valor de 11;
- (e) Apresentação dos impostos e contribuições diferidos pelo líquido. Portanto, reclassificação da linha do passivo não circulante para o ativo não circulante.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis intermediária em 22 de outubro de 2012, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	19.420	12.316
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5.063	3.205
Fundos de investimento	<u>224.345</u>	<u>221.267</u>
	<u>248.828</u>	<u>236.788</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 95% a 101%.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	30/09/12	31/12/11
Consumidores	(a)	1.262.631	1.345.253
Títulos a receber	(b)	2.224	2.257
Comercialização de energia na CCEE	(c)	37.345	27.447
Disponibilização do sistema de distribuição		17.899	15.273
Serviços prestados a terceiros		2.519	2.739
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(d)	30.010	6.459
Outros créditos		92.336	101.359
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(492.345)	(263.766)
Total		<u>952.619</u>	<u>1.237.021</u>
Circulante		635.301	821.851
Não circulante		317.318	415.170

(a) Consumidores

	Saldo vincendo	Saldo vencido		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Setor privado							
Residencial	171.357	54.408	370.311	596.076	648.148	(370.311)	(141.145)
Industrial	60.447	6.208	80.110	146.765	157.710	(50.673)	(45.505)
Comercial, serviços e outras	78.733	15.730	64.959	159.422	171.912	(43.107)	(25.507)
Rural	23.097	6.247	49.779	79.123	76.682	(18.619)	(28.491)
	<u>333.634</u>	<u>82.593</u>	<u>565.159</u>	<u>981.386</u>	<u>1.054.452</u>	<u>(482.710)</u>	<u>(240.648)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	7.285	488	2.577	10.350	11.718	(1.171)	(1.358)
Estadual	13.252	394	865	14.511	15.724	(1.115)	(1.292)
Municipal	88.640	9.358	7.165	105.163	105.425	(2.862)	(12.464)
	<u>109.177</u>	<u>10.240</u>	<u>10.607</u>	<u>130.024</u>	<u>132.867</u>	<u>(5.148)</u>	<u>(15.114)</u>
Iluminação pública	10.365	5.672	16.914	32.951	35.280	(2.050)	(1.783)
Serviço público	31.669	1.301	6.302	39.272	37.826	(413)	(4.274)
Fornecimento não faturado	78.998			78.998	84.828		-
Total	<u>563.843</u>	<u>99.806</u>	<u>598.982</u>	<u>1.262.631</u>	<u>1.345.253</u>	<u>(490.320)</u>	<u>(261.819)</u>
Circulante				980.052	960.958	(477.932)	(96.985)
Não circulante				282.579	384.295	(12.388)	(164.834)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Setor público	41	9	27	77	110	(28)	(44)
Setor privado	1.074	107	966	2.147	2.147	(1.997)	(1.903)
Total	<u>1.115</u>	<u>116</u>	<u>993</u>	<u>2.224</u>	<u>2.257</u>	<u>(2.025)</u>	<u>(1.947)</u>
Circulante				1.560	1.255	(1.438)	(1.104)
Não circulante				664	1.002	(587)	(843)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Comercialização de energia na CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movidos por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Subvenção à baixa renda – tarifa social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

A partir do segundo semestre de 2011, a Companhia realizou uma readequação de seus processos de cobrança, contemplando a restrição de ações de parcelamento e intensificando as

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. Dessa forma, para aqueles consumidores que não responderam às novas ações de cobrança, a Companhia realizou o provisionamento de seus débitos.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(261.819)	(1.947)	(263.766)
Adições	(281.149)	(334)	(281.483)
Reversões	52.648	256	52.904
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>(490.320)</u>	<u>(2.025)</u>	<u>(492.345)</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de empréstimos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/12	31/12/11
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	8.194	15.070
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	8.197	17.750
Banco Itaú	(2)	CDB	out-13	CDI	-	307
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-13	CDI	7.006	6.593
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-14	CDI	5.384	5.067
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jul-16	CDI	21.988	23.076
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	7.135	7.502
Bradesco	(2)	LFT	mar-13	CDI	21	226
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	208	224
Caixa Econômica Federal		LFT	diversos	CDI	-	6.260
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	20	112
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	36	1.193
Banco Itaú		CDB	jul-12	CDI	-	126
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	(*)	Variável	1.821	565
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	7.383	-
Banco Itaú		CDB	jul-13	CDI	67	-
Total					<u>67.460</u>	<u>84.071</u>
Circulante					24.551	26.233
Não Circulante					42.909	57.838

- (1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras (vide nota explicativa nº 14).
(2) Constituem garantia para leilão de energia.
(*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/09/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	13.538	20.898
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	10.241	5.943
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	17.884	16.494
Programa de integração social - PIS	(c)	1.991	1.226
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	9.255	8.112
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		3.802	3.258
Imposto sobre serviços - ISS		438	345
		<u>57.149</u>	<u>56.276</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	19.197	14.490
		<u>19.197</u>	<u>14.490</u>
Total		<u>76.346</u>	<u>70.766</u>

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e a COFINS a recuperar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade, conforme disposto no Parecer SRFB Cosit nº. 27/2008.

7. SERVIÇOS EM CURSO

	30/09/12	31/12/11
Serviço próprio	4.836	3.264
Serviços prestados a terceiros	7.897	5.921
Transf. fabric. reparo de materias	1.213	1.120
Total	<u>13.946</u>	<u>10.305</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

8. OUTROS ATIVOS

	<u>Ref.</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Adiantamentos a empregados		1.863	1.288
Adiantamentos a fornecedores		15.009	13
Serviços prestados a terceiros		3.774	4.930
Alienações em curso		1.299	1.614
RGR a compensar		-	114
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	5.071	5.030
Dispêndios a reembolsar em curso		9	-
Cobrança extra judicial	(b)	5.590	5.590
Uso mútuo de postes		1.121	1.329
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638
Outros créditos a receber		636	594
Total		<u>36.010</u>	<u>22.140</u>
Circulante		33.852	19.982
Não Circulante		2.158	2.158

(a) Valor referente a inclusão de débitos indevido na composição do parcelamento PAES, constatado após revisão solicitada pela empresa a RFB - Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 4.273, sendo R\$ 2.792 de principal e R\$ 1.481 acréscimos legais.

(b) Cobrança extra judicial referente ao ICMS das aquisições de óleo diesel, destinadas à produção de energia elétrica em Fernando de Noronha-PE, onde a saída de energia elétrica é amparada pela isenção e com isto estes valores de ICMS passam a integrar o custo da geração.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída à alíquota de 9%.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo			
	30/09/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	336.399	84.100	351.467	87.867
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	320.427	28.838	340.656	30.659
Total		<u>112.938</u>		<u>118.526</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	30/09/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55.550	55.550	55.087	55.087
Provisão para passivo atuarial	287.959	287.959	291.672	291.672
Provisão para demissão voluntária	584	584	927	927
Provisão para contingências	63.307	63.307	60.564	60.564
Provisão PLR	4.764	4.764	2.541	2.541
Ajustes RTT				
Ativos e passivos regulatórios	44.815	44.815	61.593	61.593
Outros	26.258	10.286	14.425	3.614
Total Ativo	<u>483.238</u>	<u>467.266</u>	<u>486.809</u>	<u>475.998</u>
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Aplicação do "hedge accounting"	150	150	25	25
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(42.840)	(42.840)	(21.537)	(21.537)
Ajuste da quota anual de amortização	91	91	(1.654)	(1.654)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(58.033)	(58.033)	(48.636)	(48.636)
Ativos e passivos regulatórios	(44.815)	(44.815)	(61.593)	(61.593)
Custo de captação	(1.392)	(1.392)	(1.947)	(1.947)
Total Passivo	<u>(146.839)</u>	<u>(146.839)</u>	<u>(135.342)</u>	<u>(135.342)</u>
Total Líquido	<u>336.399</u>	<u>320.427</u>	<u>351.467</u>	<u>340.656</u>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos ativos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº 371.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa de realização de créditos fiscais ativos está demonstrada a seguir:

	30/09/2012	30/09/2011
	Ativo	
2011	-	38.534
2012	13.124	45.159
2013	19.922	89.644
2014	26.445	-
2015	38.605	-
2016	44.528	-
Após 2016	20.239	-
Total	162.863	173.337

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2012 e 2011.

	Período de três meses findos em				Período de nove meses findos em			
	30/09/12		30/09/11		30/09/12		30/09/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(16.849)	(16.849)	86.394	86.394	29.394	29.394	277.130	277.130
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.624)	(4.624)	(5.123)	(5.123)	(13.876)	(13.876)	(15.369)	(15.369)
Juros sobre capital próprio	-	-	(22.413)	(22.413)	-	-	(67.239)	(67.239)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	(21.473)	(21.473)	58.858	58.858	15.518	15.518	194.522	194.522
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(5.368)	(1.933)	14.715	5.297	3.880	1.397	48.631	17.507
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:								
(+) Adições								
Contribuições e doações	20	7	97	35	60	22	320	115
Multas inadotáveis	17	6	376	135	22	8	449	162
Depreciação veículos executivos	8	3	18	6	30	11	46	16
Excesso despesas previdenciárias	830	300	847	305	2.421	872	2.496	899
Outras adições	22	5	2.570	(358)	52	19	2.557	(358)
	897	321	3.908	123	2.585	932	5.868	834
(-) Exclusões								
Reversão da provisão do ágio	(2.243)	(807)	(2.487)	(895)	(6.734)	(2.424)	(7.459)	(2.685)
Incentivo fiscal SUDENE	7.585	-	(12.433)	-	19	-	(32.765)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	345	-	(494)	-	-	-	(1.906)	-
Outras exclusões	(323)	-	(4.543)	(21)	(1.894)	(93)	(4.576)	(33)
	5.364	(807)	(19.957)	(916)	(8.609)	(2.517)	(46.706)	(2.718)
Imposto de renda e contribuição social no período	893	(2.419)	(1.335)	4.504	(2.145)	(188)	7.793	15.623
Imposto de renda e contribuição social no resultado	893	(2.419)	(1.335)	4.504	(2.145)	(188)	7.793	15.623
Corrente	(1.720)	(3.477)	3.955	4.794	(586)	(92)	8.510	14.267
Diferido	2.613	1.058	(5.289)	(290)	(1.559)	(96)	(718)	1.356
	893	(2.419)	(1.334)	4.504	(2.145)	(188)	7.792	15.623

Regime Tributário de Transição - RTT

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	30/09/12	31/12/11
Trabalhistas	8.590	7.172
Cíveis	15.380	12.955
Fiscais:	11.608	10.393
PIS / COFINS	945	111
Impostos Municipais	3.191	2.844
INSS	1.078	1.032
IOF	6.265	6.265
Outros	129	141
Total	35.578	30.520

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 12).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes a concessão de serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	269.623
Baixas	(5)
Transferências (a)	92.283
Atualização monetária / valor justo	21.303
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>383.204</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Transferência do Intangível devido à remensuração da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide comentários na nota 12).

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em março de 2030. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

		30/09/12				31/12/11
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	5,05%	3.016.810	(1.288.643)	(182.358)	1.545.809	1.470.311
Em curso						
Direito de uso da concessão		204.665	-	(6.192)	198.473	190.529
Total		<u>3.221.475</u>	<u>(1.288.643)</u>	<u>(188.550)</u>	<u>1.744.282</u>	<u>1.660.840</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.057.255	(1.387.478)	(199.466)	1.470.311	196.722	(6.193)	190.529	1.660.840
Adições	-	-	-	-	284.594	(5.860)	278.734	278.734
Baixas	(211.785)	206.591	-	(5.194)	(73)	-	(73)	(5.267)
Amortizações	-	(109.945)	6.987	(102.958)	-	-	-	(102.958)
Transferências - Intangíveis	279.605	-	(5.861)	273.744	(279.605)	5.861	(273.744)	-
Transferências - Ativos financeiros	(108.265)	-	15.982	(92.283)	-	-	-	(92.283)
Transferências - Outros	-	2.189	-	2.189	3.027	-	3.027	5.216
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>3.016.810</u>	<u>(1.288.643)</u>	<u>(182.358)</u>	<u>1.545.809</u>	<u>204.665</u>	<u>(6.192)</u>	<u>198.473</u>	<u>1.744.282</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável (concessão), conforme apresentada na nota explicativa nº 11.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- ✓ Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- ✓ Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

13. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	30/09/12	31/12/11
Energia elétrica:	233.796	187.456
Terceiros	133.751	119.306
Partes relacionadas	100.045	68.150
Encargos de uso da rede	23.110	20.626
Terceiros	23.038	20.558
Partes relacionadas	72	68
Materiais e serviços	44.151	52.527
Terceiros	43.719	51.259
Partes relacionadas	432	1.268
Energia livre	25.590	23.994
Total	326.647	284.603
Circulante	301.057	260.609
Não circulante	25.590	23.994

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição,

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

representados pela ABRADÉE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos	Principal		Total	
		Circulante	Circulante	Não circulante	30/09/12	31/12/11
Moeda nacional						
Banco do Nordeste	10% a.a	90	11.833	1.820	13.743	21.992
BNB	10% a.a	38	5.601	-	5.639	16.811
BNB 6	10% a.a.	80	26.884	73.932	100.896	121.108
(-) Custos de transação			(111)	(131)	(242)	(348)
		80	26.773	73.801	100.654	120.760
BNDES FINEM	TJLP + 4,3% aa /	1.049	50.491	281.735	333.275	261.945
(-) Custos de transação	TJLP + 2,12% aa /		(2)	(2)	(4)	(7)
	TJLP + 3,12% aa /					
	4,5% aa TJLP + 1,82% aa /	1.049	50.489	281.733	333.271	261.938
Eletrobrás		221	9.747	33.276	43.244	54.931
(-) Custos de transação	6% a.a / 7% a.a		(32)	(30)	(62)	(89)
		221	9.715	33.246	43.182	54.842
FINEP		73	6.644	29.345	36.062	41.062
(-) Custos de transação	TJLP + 5% aa		(84)	(158)	(242)	(314)
		73	6.560	29.187	35.820	40.748
Banco do Brasil	99,5% CDI	46.006	-	156.829	202.835	181.236
Operações com swap			-	(18.986)	(18.986)	(8.721)
		46.006	-	137.843	183.849	172.515
Banco do Brasil	98,5% CDI	13.281	-	75.000	88.281	82.892
(-) Custos de transação		-	(598)	(171)	(769)	(1.190)
		13.281	(598)	74.829	87.512	81.702
Outros	TR + 1,6% / TR + 2,1%	-	16	21	37	52
Total moeda nacional		60.838	110.389	632.480	803.707	771.360
Moeda estrangeira						
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	72,5% CDI / 92% CDI	61	1.315	4.876	6.252	6.205
Operações com swap			7	(541)	(535)	334
		61	1.322	4.335	5.717	6.539
Total moeda estrangeira		61	1.322	4.335	5.718	6.539
Total		60.899	111.711	636.815	809.425	777.899

(a) Captações de recursos

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R\$ 113.610 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

BNDES FINEM 2006 - Endividamento Financeiro/EBITDA menor ou igual a 3,5 e Endividamento Financeiro Líquido / (Endividamento Líquido + PL) menor ou igual a 0,50.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/12			31/12/11		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013	30.522	(197)	30.325	98.563	(816)	97.747
2014	326.011	(165)	325.846	309.686	(165)	309.521
2015	111.454	(85)	111.369	89.836	(85)	89.751
2016	85.568	(33)	85.535	63.831	(33)	63.799
2017	60.543	(11)	60.532	35.971	(10)	35.961
Após 2017	23.208	-	23.208	12.472	-	12.472
Total	<u>637.306</u>	<u>(491)</u>	<u>636.815</u>	<u>610.360</u>	<u>(1.109)</u>	<u>609.251</u>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	167.108	604.252	1.540	4.999	777.899
Ingressos	17.479	109.902	-	-	127.381
Encargos	48.299	-	198	-	48.497
Variação monetária e cambial	-	-	86	350	436
Swap	-	(4.424)	(306)	(362)	(5.092)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	46	-	2	48
Transferências	77.714	(77.714)	654	(654)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(139.578)	-	(789)	-	(140.367)
(-) Custos de transação	205	418	-	-	623
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>171.227</u>	<u>632.480</u>	<u>1.383</u>	<u>4.335</u>	<u>809.425</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Remuneração	Taxa Efetiva	30/09/12				31/12/11
				Encargos	Principal			Total
				Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	
2ª Emissão	1ª	108,5% do CDI	15,27%	1.307	97.959	-	99.266	199.690
(-) Custos de transação				-	(280)	-	(280)	(808)
				1.307	97.679	-	98.986	198.882
3ª Emissão	Única	105% do CDI	13,67%	-	-	-	-	85.293
(-) Custos de transação				-	-	-	-	(76)
				-	-	-	-	85.217
4ª Emissão	Única	111,3% do CDI	0,1465	14.149	-	360.000	374.149	368.337
(-) Custos de transação				-	(312)	(778)	(1.090)	(1.324)
				14.149	(312)	359.222	373.059	367.013
Total				15.456	97.367	359.222	472.045	651.112

(a) Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures prevêm a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Em setembro de 2012, foi realizada a Assembleia Geral dos Debenturistas da 4ª emissão de Debêntures, na qual foi aprovada que a apuração dos índices seja feita com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Interviente Garantidor (Neoenergia) a partir do terceiro trimestre de 2012 até a data de vencimento.

No mês de setembro de 2012 houve também a liquidação da 3ª emissão de debêntures.

(b) Garantias

Para a 3ª e a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos Transação	Total líquido	Debêntures	Custos Transação	Total líquido
2013	-	(77)	(77)	97.959	(476)	97.483
2014	-	(312)	(312)	-	(312)	(312)
2015	144.000	(247)	143.753	144.000	(247)	143.753
2016	144.000	(123)	143.877	144.000	(123)	143.877
2017	72.000	(19)	71.981	72.000	(19)	71.981
Total	360.000	(778)	359.222	457.959	(1.177)	456.782

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mutação das debêntures é a seguinte:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	194.330	456.782	651.112
Encargos	42.116	-	42.116
Transferências	97.820	(97.820)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(222.020)	-	(222.020)
(-) Custos de transação	577	260	837
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>112.823</u>	<u>359.222</u>	<u>472.045</u>

16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Salários	4.214	5.451
Provisões férias e 13º salário	10.543	5.913
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	5.037	3.580
Provisão PLR	4.764	2.541
Outros	1.027	804
Total	<u>25.585</u>	<u>18.289</u>

17. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Reserva Global de Reversão – RGR		4.973	3.015
Conta de Consumo de Combustível – CCC		11.299	16.710
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		2.234	1.995
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		875	925
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		437	462
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	25.332	25.799
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	18.684	9.866
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		491	491
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		4.695	7.723
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		1.312	1.388
Total		<u>70.332</u>	<u>68.374</u>
Circulante		<u>25.227</u>	<u>30.077</u>
Não Circulante		45.105	38.297

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n°s 300/2008 e 316/2008.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/12	31/12/11
Circulante		
Imposto de renda - IR	195	373
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	72.035	80.854
Programa de integração social - PIS	3.201	3.659
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	14.743	16.856
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.028	2.423
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.141	988
Imposto sobre serviços - ISS	1.489	1.564
Parcelamento de tributos	-	790
Outros	6.046	6.033
	<u>100.878</u>	<u>113.540</u>
Não circulante		
Imposto de renda - IR	-	1.654
	<u>-</u>	<u>1.654</u>
Total	<u><u>100.878</u></u>	<u><u>115.194</u></u>

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar para o terceiro trimestre de 2012 é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	22.653
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	58.050
Pagos no período	(8.161)
Prescritos	(105)
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u><u>72.437</u></u>

20. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 13.755 classificadas no passivo circulante (R\$ 8.904 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 49.552 no não circulante (R\$ 51.659 em 31 de dezembro de 2011) são compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	26.406	32.722	1.435	60.563
Constituição	11.913	13.559	-	25.472
Baixas/reversão	(13.627)	(13.390)	(7)	(27.024)
Remuneração	1.656	2.640	-	4.296
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u><u>26.348</u></u>	<u><u>35.531</u></u>	<u><u>1.428</u></u>	<u><u>63.307</u></u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
				30/09/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia	2.600	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.600	3.159
	9.808	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	114.598	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	23.470	1ª, 2ª e 3ª	Provável	23.470	22.912
	41.030	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	4.550	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	278	1ª, 2ª e 3ª	Provável	278	335
	-	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	450	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>196.784</u>			<u>26.348</u>	<u>26.406</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

	Ref.	Valor	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado			30/09/12	31/12/11
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(1)	4.640	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.640	5.395
		2.583	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.667	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(2)	4.515	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.515	6.203
		26.197	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.781	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(3)	7.173	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.173	8.305
		64.149	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.604	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(4)	4.788	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.788	3.402
		47.641	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.025	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		6.556	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.556	5.663
		30.740	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.522	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		16	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16	14
		2.450	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		88	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		5.026	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.447	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		1.576	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.576	1.063
		4.318	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		528	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		705	1ª, 2ª e 3ª	Provável	705	640
		1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		15	1ª, 2ª e 3ª	Provável	15	14
		2.072	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(5)	5.547	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.547	2.023
		57.900	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		90.925	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>386.201</u>			<u>35.531</u>	<u>32.722</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(1) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(2) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(3) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(4) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(5) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

	Ref.	Valor	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado			30/09/12	31/12/11
ICMS	(1)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		317.928	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(2)	778	1ª, 2ª e 3ª	Provável	383	383
		22.984	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.247	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		3.015	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL		2.230	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184
		25.153	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		2.316	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		277	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		21.055	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
COFINS	(3)	4.370	1ª, 2ª e 3ª	Provável	371	371
		18.003	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(4)	6.686	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		420.624	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		249.120	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas		5.338	Administrativa	Possível	-	-
		4.328	Administrativa	Remota	-	-
Outras	(5)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	7
		49.548	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		12	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>1.155.013</u>			<u>1.428</u>	<u>1.435</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(1) ICMS

(1.1) Auto de infração contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 7.243 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(1.2) Auto de infração contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 2.596 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de compras de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 2.287 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.3) Auto de infração contra a Companhia de alguns projetos de 1999 no montante de R\$ 781. Refere-se à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos.

(1.4) Auto de infração contra a Companhia em 12/2010 no montante de R\$ 28.941 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.5) Auto de infração contra a Companhia em 09/2011 no montante de R\$ 213.546 decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.6) Auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 2.653 decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas-aquisições fora do Estado. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.7) Auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 34.451 decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(2) ISS – Refere-se a discussão sobre a não exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(3) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4) IRPJ

(4.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4.2) Possível - Autos de infração lavrados em 2007 e 2010 nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização dos anos-calendários 2001 a 2008. Os autos encontram-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(5) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

21. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/09/12	31/12/11
Consumidores	(1)	10.212	12.135
Empregados - adiantamento acordo coletivo		11	9
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		3.253	6.393
Convênios		11	22
Caução em garantia	(2)	20.718	9.876
FGTS Conta empresa		129	129
Encargos CBEE		1.678	1.680
Taxa Iluminação Pública - TIP	(3)	8.847	8.466
Adiantamentos recebidos	(4)	25.038	19.930
Outras		3.755	3.602
Total		<u>73.652</u>	<u>62.242</u>
Circulante		55.635	54.572
Não circulante		18.017	7.670

- (1) Consumidores - refere-se a obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (2) Caução em garantia – refere-se à garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (3) Taxa de Iluminação Pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.
- (4) Adiantamentos recebidos – Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2012 e 2011 é de R\$ 700.000 e o integralizado é de R\$ 590.174.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM MIL)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	66.023	99,6	464	6,1	400	53,9	66.887	89,6
Outros	280	0,4	7.103	93,9	342	46,1	7.725	10,4
Total	66.303	100,0	7.567	100,0	742	100,0	74.612	100,0

Acionistas	R\$ (EM MIL)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	522.236	99,6	3.670	6,1	3.164	53,9	529.070	89,6
Outros	2.215	0,4	56.184	93,9	2.705	46,1	61.104	10,4
Total	524.451	100,0	59.854	100,0	5.869	100,0	590.174	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº. 0157/2010, e pelo Ato Declaratório nº.12 da RFB (Receita Federal do Brasil) em Janeiro de 2011, com validade até 2019.

A Companhia apura o incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando este incentivo, com redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal por já ter atingido esse limite.

Outros resultados abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26, inclui os ganhos e perdas, não realizados decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

23. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

Ref.	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Fornecimento de energia				
(a) Receita de operação e manutenção	459.655	422.278	1.403.124	1.183.732
Remuneração financeira wacc	448.595	418.701	1.374.657	1.174.910
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	11.060	3.577	28.467	8.822
(b) Receita pela disponibilidade da rede elétrica	18.098	1.451	18.820	13.663
(c) Receita de operação e manutenção	574.617	552.204	1.820.161	1.700.482
Remuneração financeira wacc	560.684	547.448	1.783.260	1.687.815
Receita de construção da infraestrutura da concessão	13.933	4.756	36.901	12.667
Outras receitas	112.286	70.397	285.373	227.116
Total receita bruta	12.194	13.557	31.247	36.082
	1.176.850	1.059.887	3.558.725	3.161.075
(-) Dedução receita bruta				
	(350.054)	(362.362)	(1.124.610)	(1.051.714)
Total receita operacional líquida	826.796	697.525	2.434.115	2.109.361

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Nº de consumidores faturados (*)		Período de três meses findos em				Período de nove meses findos em			
			MWh		R\$ mil		MWh		R\$ mil	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Consumidores:										
Residencial	2.809.498	2.731.146	940.458	930.043	384.520	349.505	2.983.455	2.919.393	1.225.592	1.057.912
Industrial	12.568	13.177	371.555	500.912	148.063	180.092	1.160.345	1.487.315	449.711	506.495
Comercial	200.457	199.876	511.655	496.340	240.190	221.657	1.639.667	1.531.419	750.956	657.022
Rural	167.299	172.795	153.448	131.338	35.470	33.890	474.192	406.253	106.425	97.885
Poder público	22.101	21.629	142.976	136.209	65.329	63.647	452.200	419.077	199.958	179.023
Iluminação pública	5.260	5.075	100.031	106.680	26.407	26.583	304.802	311.013	80.213	76.319
Serviço público	2.958	2.684	153.765	149.271	51.048	45.432	467.233	448.076	148.573	131.271
Consumo próprio	248	243	4.395	3.295	-	-	10.975	10.468	-	-
Suprimento	29	32	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(6.531)	(8.364)	-	-	(5.830)	(4.252)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo (1)	-	-	-	-	(529.425)	(519.979)	-	-	(1.685.775)	(1.608.674)
	<u>3.220.418</u>	<u>3.146.657</u>	<u>2.378.283</u>	<u>2.454.088</u>	<u>415.071</u>	<u>392.464</u>	<u>7.492.869</u>	<u>7.533.014</u>	<u>1.269.823</u>	<u>1.093.001</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	44.584	29.814	-	-	133.301	90.731
Total	<u>3.220.418</u>	<u>3.146.657</u>	<u>2.378.283</u>	<u>2.454.088</u>	<u>459.655</u>	<u>422.278</u>	<u>7.492.869</u>	<u>7.533.014</u>	<u>1.403.124</u>	<u>1.183.732</u>

(1) Vide comentários nota (c) a seguir.

(*) Informações não examinadas por auditores independentes.

Reajuste Tarifário 2012

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.283, de 24 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 27 de abril de 2012, fixou em 7,71% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 7,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,01% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 5,41%. Coincidentemente este efeito médio se mantém o mesmo para os clientes atendidos tanto em baixa tensão (residências e outros) quanto em alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 29 de abril de 2012 a 28 de abril de 2013.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	45.192	32.226	134.387	91.808
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1) 529.425	519.979	1.685.775	1.608.674
	<u>574.617</u>	<u>552.204</u>	<u>1.820.161</u>	<u>1.700.482</u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Período de três meses findos		Período de nove meses findos	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Renda da prestação de serviços	3.566	3.348	4.905	5.304
Arrendamentos e Aluguéis	6.171	3.839	15.263	11.491
Serviço taxado	1.735	921	4.850	2.610
Taxa de iluminação pública	2.073	1.675	6.085	5.287
Administração de faturas de fraudes	(1.949)	(14)	(6.541)	1.652
Multa Infração Consumidor	376	3.595	5.990	8.937
Outras receitas	222	193	695	801
Em 30 de setembro de 2012	<u>12.194</u>	<u>13.557</u>	<u>31.247</u>	<u>36.082</u>

(e) Dedução receita bruta

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
IMPOSTOS:				
ICMS	(212.856)	(212.023)	(668.025)	(613.574)
PIS	(16.795)	(16.685)	(53.729)	(48.609)
COFINS	(77.249)	(76.784)	(247.370)	(224.251)
ISS	(538)	(387)	(1.273)	(1.100)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(8.473)	(7.675)	(25.393)	(22.764)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(6.702)	(5.985)	(20.107)	(17.955)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(19.028)	(35.262)	(78.729)	(100.971)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(3.236)	(2.908)	(14.162)	(8.650)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.294)	(1.163)	(3.954)	(3.460)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(647)	(582)	(1.977)	(1.730)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.294)	(1.163)	(3.959)	(3.460)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(1.942)	(1.745)	(5.932)	(5.190)
Total	<u>(350.054)</u>	<u>(362.362)</u>	<u>(1.124.610)</u>	<u>(1.051.714)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custo / Despesa	Período de três meses findos em				Período de nove meses findos em			
	30/09/12		30/09/11		30/09/12		30/09/11	
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(17.182)	(6.588)	(10.948)	(34.718)	(25.925)	(50.470)	(19.591)	(95.986)
Administradores	-	-	(553)	(553)	(503)	-	(1.604)	(2.087)
Entidade de previdência privada	(857)	(744)	(2.383)	(3.984)	(5.357)	(2.968)	(1.221)	(9.546)
Material	(3.139)	(121)	(72)	(3.332)	(3.387)	(7.823)	(235)	(11.445)
Combustível para produção de energia	(910)	-	-	(910)	(2.936)	(3.440)	-	(6.376)
Serviços de terceiros	(35.594)	(16.251)	(12.769)	(64.614)	(44.626)	(93.103)	(46.744)	(184.473)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(826)	(648)	-	(1.474)	(1.474)	(2.522)	-	(4.423)
Energia elétrica comprada para revenda	(407.801)	-	-	(407.801)	(315.373)	(1.198.867)	-	(1.514.240)
Encargos de uso do sistema transmissão	(48.538)	-	-	(48.538)	(42.576)	(135.822)	-	(178.398)
Amortização	(26.236)	(6.042)	(2.490)	(34.768)	(35.823)	(75.151)	(7.395)	(118.369)
Arrendamentos e alugueis	(160)	(210)	(180)	(550)	(489)	(523)	(521)	(1.533)
Tributos	(55)	(8)	(364)	(427)	(189)	(698)	(813)	(1.699)
Provisões líquidas - PCLD	(55.304)	(15.125)	-	(70.427)	(18.475)	(164.041)	(64.538)	(246.054)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(28.068)	-	(28.068)	(11.145)	-	(58.886)	(69.991)
Provisões líquidas - contingências	-	-	1.074	1.074	11.822	-	1.552	24.374
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(112.286)	-	-	(112.286)	(70.397)	(285.373)	-	(355.770)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	5	5	153	-	-	158
Outros	(678)	(633)	(9.736)	(11.047)	(13.326)	(1.582)	(23.789)	(26.697)
Total custos / despesas	(709.565)	(74.436)	(38.415)	(822.416)	(580.026)	(2.022.277)	(213.696)	(2.815.999)

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Renda de aplicações financeiras	5.940	12.534	20.144	28.917
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	12.328	11.757	40.958	31.883
Variação monetária	1.751	9.549	16.063	38.126
Variação cambial	168	91	545	7.962
Operações swap	2.246	785	5.407	2.371
Outras receitas financeiras	649	(1.058)	2.650	654
Total	23.082	33.658	85.767	109.913

Despesa Financeira	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Encargos de dívida	(27.247)	(39.765)	(89.979)	(105.626)
Variação monetária	(10.538)	(11.960)	(26.469)	(47.625)
Variação cambial	(196)	(704)	(992)	(1.779)
Operações swap	(203)	(205)	(669)	(11.502)
Multas regulatórias	(2.617)	(5.923)	(10.871)	(16.328)
Outras despesas financeiras	(3.511)	(6.205)	(11.681)	(9.678)
Total	(44.311)	(64.763)	(140.661)	(192.538)

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/12			31/12/11		30/09/11
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(b)	Uso da Rede	308		5.585	541	-	2.991
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		835		-	592	-
			<u>308</u>	<u>835</u>	<u>5.585</u>	<u>541</u>	<u>592</u>	<u>2.991</u>
CELPE	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	1.413	1.413		1.917	1.917	-
COSERN	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	276	577		357	705	-
TERMOPERNAMBUCO	(a.1)	Energia comprada		97.975	(366.554)	-	65.833	(341.945)
	(a.3)	Uso da Rede		39	(371)	-	39	(347)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	85	-	-	441	-
			<u>-</u>	<u>98.099</u>	<u>(366.925)</u>	<u>-</u>	<u>66.312</u>	<u>(342.292)</u>
ITAPEBI	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	2.218	426		2.403	821	-
GERAÇÃO CIII	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		107		-	104	-
NC ENERGIA	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		35		-	31	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(d)	Prestação de serviço		432	(4.321)	-	907	(3.127)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		29		-	15	-
			<u>-</u>	<u>461</u>	<u>(4.321)</u>	<u>-</u>	<u>922</u>	<u>(3.127)</u>
BAGUARI I	(a.2)	Energia comprada		264	(1.767)	-	295	(1.664)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		101		-	92	-
			<u>-</u>	<u>365</u>	<u>(1.767)</u>	<u>-</u>	<u>387</u>	<u>(1.664)</u>
BAHIA PCH I	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		61		-	48	-
RIO PCH I	(a.2)	Energia comprada		212	(1.418)	-	237	(1.336)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		71		-	55	-
			<u>-</u>	<u>283</u>	<u>(1.418)</u>	<u>-</u>	<u>292</u>	<u>(1.336)</u>
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		-		-	6	-
GOIAS SUL	(a.2)	Energia comprada		163	(1.088)	-	182	(973)
		Crédito de ICMS		-		-	-	-
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		51		-	67	-
			<u>-</u>	<u>214</u>	<u>(1.088)</u>	<u>-</u>	<u>249</u>	<u>(973)</u>
GERAÇÃO CÉU AZUL	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	1	-
SE NARANDIBA		Energia fornecida	-	-	-	-	-	-
	(c)	Uso da Rede	-	2	(19)	-	2	-
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	22	-
			<u>-</u>	<u>2</u>	<u>(19)</u>	<u>-</u>	<u>24</u>	<u>-</u>
AFLUENTE GERAÇÃO	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		28		-	45	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(c)	Uso da Rede		29	(179)	-	26	(181)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		251		-	289	-
			<u>-</u>	<u>280</u>	<u>(179)</u>	<u>-</u>	<u>315</u>	<u>(181)</u>
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		215		-	506	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	Energia comprada		1.432	(9.588)	-	1.603	(9.031)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		414		-	312	-
			<u>-</u>	<u>1.846</u>	<u>(9.588)</u>	<u>-</u>	<u>1.915</u>	<u>(9.031)</u>
CIA. TELES PIRES	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		332		-	2.760	-
ENERGY WORKS		Debêntures - Aplicação / Emissão		91		-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Debêntures - Aplicação / Emissão		486		-	-	-
CALANGO 1	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		171		-	2	-
CALANGO 2	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		8		-	2	-
CALANGO 3	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão				-	2	-
CALANGO 4	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão		151		-	2	-

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:

(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL

Termopernambuco S.A. – Contrato com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis. Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I_- Contratos nº CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato no CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nos CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato nos CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(a.3) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Termopernambuco S.A. – Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Coelba – Contrato nº FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes e Narandiba – Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

d) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil – Contrato nº 4600022367, com vigência até 15 de agosto de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.

NeoServ Ltda – Contrato nº 4600019801, com vigência até 29 de agosto de 2014.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Contrato de benefício

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

f) Contrato de empréstimo

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

g) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

A Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos).

A remuneração total dos administradores para o período findo em 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 1.367 (R\$ 1.772 em 30 de setembro de 2011), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

27. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de setembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.
- ✓ Demais empréstimos, financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Instrumentos financeiros derivativos
 - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/09/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	248.828	248.828	236.788	236.788
Títulos e valores mobiliários	67.460	67.460	84.071	84.071
Contas a receber de clientes e outros	952.619	952.619	1.237.021	1.237.021
Fundos vinculados				
Passivo				
Fornecedores	(326.647)	(326.647)	(284.603)	(284.603)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(202.835)	(202.835)	(181.236)	(181.236)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(619.858)	(619.858)	(598.845)	(598.845)
Debêntures em moeda nacional	(472.045)	(472.045)	(651.112)	(651.317)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	(6.252)	(6.252)	(6.205)	(6.205)
Instrumentos financeiros derivativos	19.521	19.521	8.387	8.387

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia foram avaliados como efetivos.

Os derivativos da Companhia (instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge) e as dívidas em moeda estrangeira da Companhia (respectivos itens objeto de hedge) foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco

- Riscos financeiros
- ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de setembro de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 10.782 (R\$ 14.456, resultado negativo em 30 de setembro de 2011).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Variação na taxa do US\$	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
3º trimestre 2012	-17,27%	1.079 (1.079)	1.079 (1.079)
3º trimestre 2011	-2,39%	171 (171)	171 (171)

✓ **Risco de encargos de dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco, porém, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, que possam impactar o lucro da Companhia.

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
30/09/2012			
Ativos Financeiros			
CDI	(94)	(2.790)	(2.790)
SELIC	(134)	-	-
Passivos Financeiros			
CDI	(94)	5.260	5.260
TJLP	(12)	378	378
30/09/2011			
Ativos Financeiros			
CDI	24	564	564
SELIC	29	7	7
Passivos Financeiros			
CDI	24	(1.784)	(1.784)

Essas análises de sensibilidade tem por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 30 de setembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 253.959, sendo R\$ 234.362 em fundos exclusivos e R\$ 19.597 em outros ativos, além de R\$ 42.909 de aplicações no longo prazo.

• Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (Notas 14 e 15).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidroelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

✓ Gestão do capital

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	≤ 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	≤ 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	≥ 3,5 segmento de distribuição

28. ENTIDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o trimestre, findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 8.370 (R\$ 7.470 em 30 de setembro de 2011).

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	12.846	12.361	130.718	134.916
Subtotal	12.846	12.361	130.718	134.916
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial			144.395	144.395
Participação ativos	1.235	2.135	-	-
Desligados PDV	419	737	166	189
Subtotal	1.654	2.872	144.561	144.584
Total	14.500	15.233	275.279	279.500

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de setembro, foi publicada a Medida Provisória nº 579, de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, dispondo sobre a prorrogação de concessões de geração, transmissão e distribuição e pela redução dos encargos setoriais com vistas a redução das tarifas aos consumidores finais de energia elétrica.

Com a referida medida passou a ser possível a prorrogação das concessões alcançadas pelos artigos 17 e 19 da Lei nº 9074, de 1995, que estariam vencendo nos próximos anos, mediante a aceitação do atual concessionário de novas condicionantes com vistas à redução do preço de venda de energia e da receita anual permitida. A concessão da Celpe para distribuição de energia é posterior a Lei nº 9074, de 1995, não sendo afetada por essa mudança.

Pela Medida também será encerrado, a partir de 2013, o recolhimento pelas distribuidoras do encargos referente a Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR, sendo passível de redução o atual recolhimento para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, em face de aporte anual de recursos do Tesouro Nacional.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos decorrentes dessas alterações serão considerados no calculo das tarifas aos consumidores finais de todas as concessionárias de distribuição, por meio de revisão tarifária extraordinária até 05 de fevereiro de 2013.